

ESTUDO DOS FATORES QUE DETERMINAM A NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE PELOS EMPRESÁRIOS DO RAMO DE AUTOPEÇAS DA CIDADE DE MONTES CLAROS (MG).

Autores

LETÍCIA LOPES DE OLIVEIRA

Universidade Estadual de Montes Claros

GERALDO ALEMANDRO LEITE FILHO

Universidade Estadual de Montes Claros

RESUMO

O presente estudo teve como tema os fatores que determinam a não aplicação do Princípio da entidade pelos empresários do ramo de autopeças, da cidade de Montes Claros – MG. O objetivo do estudo foi identificar quais eram estes fatores e fazer uma análise dos mesmos. Para alcançar estes objetivos, o instrumento de coleta de dados escolhido foi o questionário. Inicialmente o estudo conceituou temas fundamentais como entidade contábil, princípio da entidade, comércio, processo de gestão de negócios, dificuldades na administração das empresas. Os resultados revelaram que os principais fatores que determinaram a não aplicação do Princípio da Entidade foram a carga tributária, o alto índice de inadimplência, as legislações desfavoráveis ao crescimento das empresas e a falta de capital de giro. E que àqueles empresários que não aplicam o Princípio da Entidade na administração das empresas sofreram mais necessidades financeiras que àqueles que o respeitam. Os resultados do estudo permitem ainda concluir que a não aplicação deste princípio, ocasionada pelos fatores já discutidos, está extremamente ligada à questão de sobrevivência dos empresários. Pelas características de empresa familiar de 65% dos sujeitos os recursos pessoais e jurídicos estão envolvidos, sendo difícil executar a diferenciação dos patrimônios.

Palavras-chave: Contabilidade, princípio da entidade, gestão de negócios.

1. Aspectos introdutórios

Segundo Iudicibus *et al.* (2000) toda entidade é formada por um conjunto de pessoas e de recursos que organizadamente exercem a atividade econômica, tendo objetivos que podem ser econômicos ou sociais. Percebe-se que, para as pessoas que exercem as atividades econômicas, o objetivo dessas entidades tem se fixado na geração de riquezas e na produção de lucro para os sócios.

Supõe-se que algumas entidades nascem sem qualquer tipo de planejamento, sem análise prévia de fatores preponderantes (como capital necessário para o investimento), itens estes que podem definir a permanência dessas entidades no mercado. Segundo pesquisa realizada pela FUBRA (2004) e SEBRAE (2005), a taxa de mortalidade empresarial no Brasil, apurada para as empresas constituídas e registradas nas juntas comerciais dos Estados nos anos de 2000, 2001 e 2002, revelou que:

- 49,4% encerraram as atividades com até 02 (dois) anos de existência,
- 56,4% com até 03 (três) anos e
- 59,9% não sobrevivem além dos 04 (quatro) anos.

Corroborando as pesquisas supra citadas, apresenta-se a tabela a seguir com a taxa de mortalidade das empresas com relação a cada região do Brasil.

Tabela 1 - Taxa de Mortalidade das Empresas Brasileiras (2000 - 2002)

Ano de Constituição	Em (%)					Brasil
	Regiões					
	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro Oeste	
2002	48,9	52,9	46,7	47,5	49,4	49,4
2001	56,7	60,1	53,4	51,6	54,6	56,4
2000	61,1	58,9	62,7	53,4	53,9	59,9

Fonte: SEBRAE (2005).

Ainda segundo FUBRA (2004) e SEBRAE (2005), os dados revelaram que 26% dos empresários, das empresas extintas, não possuíam nenhum conhecimento no ramo do negócio, e nas empresas ativas a taxa foi de 21%. A conclusão desses dados sugere que empresários precisam cercar-se do máximo de conhecimento possível a respeito da criação e da administração de uma empresa, com intuito de dar respaldo à continuidade das suas atividades empresarias.

O nascimento de uma empresa não é um fato isolado. Inúmeras são as variáveis que estão relacionadas a este fenômeno, tais como a criação de novos empregos, mais arrecadação para o Estado, mais competitividade no mercado, mais opções para os consumidores, mais capital girando na economia, dentre outros. Esta inter-relação torna a decisão de criação de uma empresa um fato de grande importância, e leva à suposição de que o fechamento de empresas não é interessante para nenhum dos entes envolvidos nessa relação: empresários, empregados, Estado e consumidores e sociedade.

Durante o decorrer dos tempos as empresas foram modificando seu modo de realizar suas atividades, tornando-as cada vez mais complexas. O sistema de simples troca foi aperfeiçoado com a criação da moeda, e como consequência dessa mudança, uma evolução desordenada dos patrimônios exigia uma ciência capaz de organizar as entidades. Neste contexto, Franco (1997) sugere que a Contabilidade surgiu como ferramenta capaz de avaliar a situação patrimonial e produzir informações antes comprometidas pela falta de controle existente.

Contudo, para que a Contabilidade pudesse exercer sua função de maneira satisfatória, diversos mecanismos foram desenvolvidos no objetivo de orientar à Ciência na produção das informações desejadas (FAVERO *et al.*, 1997). É válido ressaltar que a Ciência Contábil e os seus mecanismos, desenvolveram-se na proporção em que as necessidades das empresas se tornavam mais complexas. Os Princípios Fundamentais da Contabilidade, geralmente aceitos – Princípio da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo Valor Original, da Atualização Monetária, da Competência e da Prudência, são exemplos destes mecanismos, criados para que a Contabilidade pudesse assegurar os patrimônios das entidades, dar condições à sua continuidade e fornecer informações sobre a sua situação.

O Princípio da Entidade, objeto de investigação desta pesquisa, é um dos pilares de uma entidade, e mesmo que não haja uma hierarquia de um princípio sobre o outro (Resolução 774 de 16 de dezembro de 1994, CFC) é nele que se fundamentam todos os demais princípios. Os princípios foram criados para auxiliar à gestão das entidades, e a não observância deste pode até levar a descontinuidade das entidades, porém, supõe-se que na prática, a aplicação deste princípio torna-se difícil, devido à vários fatores.

Diante do contexto apresentado, a problemática a ser analisada nesta pesquisa é identificar quais os fatores que levam os empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros (MG) a não aplicação do Princípio da Entidade na gestão de seus negócios.

O trabalho foi desenvolvido no segmento das empresas de autopeças da cidade de Montes Claros. Um setor representativo na economia do Município e de fácil acesso do

pesquisador, para coleta de dados. O objetivo principal deste estudo é analisar os fatores que levam os empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros, a não observarem o Princípio da Entidade no processo de gestão das entidades. Para tanto se fez necessário, primeiramente, verificar se ocorria ou não a aplicação do princípio da entidade pelos sujeitos.

Conforme Paton *apud* Hendriksen e Van Breda (1999, p. 75) “*a existência de entidade empresarial distinta [...] é universalmente presumido, muito embora seja, na realidade, apenas figura de linguagem.*”. Tal afirmação foi expressa por Paton em seu livro *Accounting Theory*, quando enumerou seis postulados e suas respectivas limitações. Esta idéia reforça a necessidade da existência da separação dos patrimônios de sócios e empresas, mas admite que na prática é algo difícil de se aplicar.

Paton escreveu sobre os postulados da Contabilidade em 1922, mas ainda nos dias de hoje pode-se perceber que tais limitações inerentes a tais postulados ainda ocorrem, podendo ser diversos os motivos. Supõe-se que a falta de conhecimento e a falta de auxílio podem ser exemplos.

Os Contadores poderiam orientar seus clientes – empresários, auxiliando-os na administração de seus negócios e no esclarecimento das normas técnicas a serem observadas, tomando uma postura de consultor, aproximando-se da visão moderna do perfil dos contadores. Se para os Contadores, é simples estabelecer a diferenciação entre o patrimônio dos sócios e o patrimônio da entidade, e o porquê da aplicação do Princípio, para os empresários esta compreensão e a influência que tem na continuidade das atividades, torna-se complexa?

Não é intenção deste trabalho fazer julgamentos sobre o uso ou não do princípio, mas sim relacionar os principais fatores, indicados pelos empresários, causadores da não observância. Conhecendo as razões dos empresários, têm-se uma visão mais clara dos pontos onde é necessário o fortalecimento dos estudos e dos esforços dos profissionais contábeis, no sentido de melhorar o serviço prestado e de conciliar o que tem que ser feito com o que realmente acontece no cotidiano das entidades, a fim de resguardar o patrimônio das entidades e garantir a continuidade das mesmas.

A continuidade das entidades depende das atitudes que são tomadas diariamente pelos empresários – administradores. Conhecer as dificuldades por eles enfrentadas, na administração de seus negócios faz-se fundamental para que os profissionais da Contabilidade possam executar seu trabalho com eficácia, fazendo cumprir o que determinam as leis que regem sua profissão e ao mesmo tempo auxiliando os empresários no alcance dos objetivos organizacionais.

Este estudo pretende, através da identificação dos fatores determinantes para a possível não aplicação do Princípio da Entidade, contribuir para o conhecimento da realidade empresarial montesclareense, e mais especificamente dos empresários do ramo de autopeças, suas dificuldades e necessidades na administração de seus negócios.

Pretende-se ainda contribuir para a compreensão do Princípio da Entidade, por parte dos empresários e, através da identificação dos fatores determinantes da possível não aplicação do Princípio, contribuir na adequação empresas aos Princípios Contábeis. Busca-se também, propiciar uma discussão sobre quanto os Princípios Fundamentais de Contabilidade atendem e se adequam à realidade empresarial.

2. Revisão Teórica

Para que se alcance o objetivo da Contabilidade, que é de fornecer informações úteis que auxiliem a tomada de decisão, a prática contábil necessita de regras de procedimentos que favoreçam e sustentem este posicionamento. Tais regras podem ser de cunho conceitual da Ciência, ou podem ser de cunho prático, servindo de orientação para sua aplicação prática da

Ciência. Para melhor entendimento, faz-se necessária a diferenciação destas regras de procedimentos que se subdividem em *princípios* e *normas*.

Pela conceituação de Bueno (1988), princípio é: momento em que alguma coisa tem origem; origem; começo; *teoria*; preceito. Adaptando-se estes conceitos à Ciência Contábil, à luz do conhecimento de Franco (1997, p.56) temos:

Os princípios, quando entendidos como preceitos fundamentais de uma ciência são imutáveis, quaisquer que sejam as circunstâncias de tempo ou lugar em que uma doutrina é estudada. [...] não são estabelecidos por doutrinadores ou por profissionais, pois já são intrínsecos à própria natureza da ciência e independem da vontade de quem a estuda.

Assim Franco (1997), diferencia os princípios das normas, visto que as normas, têm o papel de auxiliar o Profissional Contábil na execução de seus trabalhos, e têm a característica de poder se adequar às circunstâncias de tempo e lugar.

Na estrutura conceitual básica da Contabilidade, os princípios contábeis são divididos em: postulados, princípios e convenções contábeis. Alguns autores como Hendriksen e Van Breda (1999), Iudícibus (1997 e 2002) e Iudícibus e Marion (2002) apresentam em suas obras a seguinte divisão:

- Postulados: Entidade Contábil e Continuidade
- Princípios: Denominador Comum Monetário, Custo Histórico, Da Realização da Receita, Do Confronto das Despesas com as Receitas e Da Essência sobre a Forma.
- Convenções: Objetividade, Materialidade, Conservadorismo e Consistência.

Pode-se definir a entidade Contábil:

[...] unidade econômica que exerce controle sobre recursos, aceita responsabilidades por assumir e cumprir compromissos e conduz a atividade econômica. Essa entidade contábil pode ser um indivíduo, uma sociedade por quotas ou uma sociedade por ações ou grupo consolidado envolvido em atividades com ou sem fins lucrativos. (HENDRIKSEN e VANBREDA, 1999, p. 104).

O Princípio da Entidade Contábil admite que para a existência e aplicação da Contabilidade, deve existir uma entidade que desenvolva atividades econômicas, ou que constitua a estrutura para as ações econômicas (MATTESSICH *apud* IUDÍCIBUS, 1997).

Tendo a Contabilidade as entidades econômico-administrativas, como seu campo de aplicação, Franco (1997, p. 36) as define: “[...] como um patrimônio sob a ação administrativa do homem, que sobre ele age praticando atos de natureza econômica, seja esse patrimônio de propriedade pública ou privada, com finalidades sociais, econômico-sociais ou econômicas.”

Pela Resolução 774 de 16 de dezembro de 1994 do CFC, Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações que pode pertencer a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas, ou a uma pessoa jurídica. Tem como característica fundamental à autonomia em relação aos demais patrimônios existentes.

O Princípio da Entidade constitui início do encadeamento do raciocínio contábil e pode ser considerado como armação de toda estrutura da disciplina (IUDÍCIBUS e MARION, 2002). Em sua essência, o Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma que este deve estar imbuído de autonomia patrimonial, sendo necessário para isso, que haja a diferenciação entre os patrimônios existentes (Resolução 750 de 29 de dezembro de 1993, CFC). Ou seja, o patrimônio das entidades não deve se confundir com o patrimônio dos sócios.

Tal Princípio se torna ainda mais importante quando correlacionado com Princípio da Continuidade, que está condicionado às mutações patrimoniais que podem definir a permanência das entidades no mercado ou a sua dissolução (Resolução 750 de 29 de

dezembro de 1993, CFC). Sem a diferenciação dos patrimônios não existe a autonomia patrimonial inerente ao patrimônio das entidades, e fazer com que a empresa permaneça em funcionamento por tempo indeterminado torna-se uma tarefa ainda mais difícil para empresários e administradores.

Partindo-se do pressuposto de que, geralmente as entidades ao serem criadas, teriam seu tempo de vida indeterminado, supõe-se que tais entidades estivessem em operacionalização permanente (HENDRIKSEN e BRENDA, 1999). Ainda sobre o ponto de vista do autor supra citado, tal condição se torna relevante à medida que encaramos a entidade como membro de uma cadeia de diversas outras entidades, e que, como tal, deve continuar em atividade para tornar possível o cumprimento de seus compromissos.

Um das principais características de continuidade da entidade, é o reconhecimento de seus ativos pelo valor de custo (entrada), de maneira a representar a capacidade de gerar benefícios futuros. Sendo assim a principal finalidade da entidade é gerir seus ativos na produção de receitas que possibilitem – à entidade, a marcha contínua de suas atividades. O reconhecimento de seus ativos por valores de liquidação, ou seja, pelos valores de venda, revelaria uma situação de possível descontinuidade (IUDÍCIBUS, 1997).

Segundo a Resolução nº 750 de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade, em seu Artigo 5º “a continuidade da entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas”.

Pelo objeto do estudo ter foco em empresas de comércio, fez-se necessário que se comente sobre tal atividade. A forma mais primitiva de comércio foi a simples troca de mercadorias. Cada pessoa procurava por outra que fosse possuidora da mercadoria que lhe interessava e que tivesse interesse em trocar tal mercadoria por outra (DOWER, 2001).

Com o surgimento da moeda, a forma de comércio foi se aprimorando e como consequência, o aparecimento de novo ente envolvido no processo. A figura do *intermediário* deu origem a uma nova atividade originada da prática do comércio, antes exercida apenas pelo produtor e consumidor.

Dower (2001, p. 412) discorre: “podemos observar, então, em sentido mais amplo, que toda a troca de coisas, produtos, em verdade, é um comércio e, aquele que o exerce profissionalmente com intuito de lucro, é o comerciante.” O papel do comerciante nesta relação consiste em facilitar a troca de produtos entre consumidores e produtores, pondo ao alcance do consumidor aquilo que ele procura (DOWER, 2001). Tal atividade muito se desenvolveu ao longo dos tempos e tornou-se uma das principais atividades desenvolvidas na economia brasileira

O crescimento progressivo da economia brasileira em 2004 afetou diretamente as companhias do setor de autopeças, uma vez que houve recuperação visível na produção automotiva e industrial. No que diz respeito a produção de veículos no terceiro trimestre de 2004 foi 36% maior que no terceiro trimestre de 2003. Tanto o mercado interno quanto o externo apresentaram aumento no destino das vendas de veículos. Para o Brasil foi comercializado cerca de 20% a mais que no terceiro trimestre de 2003; para o exterior o crescimento nas vendas de automóveis foi de 40%.

Segundo pesquisa realizada pelo FECOMERCIO (2005) o faturamento do comércio varejista teve aumento real de 12,7% em agosto de 2005 na comparação com o mesmo mês do ano passado. Em julho, a alta havia sido de 9,8%. Os maiores índices de aumento das vendas foram os obtidos com moda e veículos, pelos setores de autopeças e acessórios (46,3%), concessionárias de veículos (36,8%) e lojas de vestuários, tecidos e calçados (23,2%).

Também em pesquisa realizada pelo IBGE (2005), as empresas do ramo de Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, alcançou o número de 6.343 empresas, representando 64% do número total de empresas constituídas (9.934), nos

variados ramos de atividade (indústria, comércio, construção, educação, saúde, transportes, etc.) daquele ano. O que se pode compreender é que o aumento das vendas de veículos, acarreta um aumento considerável no setor de autopeças, e o que o torna cada vez mais importante dentro da economia nacional.

3. Abordagem Metodológica

Para atender aos objetivos do trabalho, o tipo de pesquisa utilizada versou nos moldes da pesquisa descritiva. Segundo Vergara (1998), a pesquisa descritiva possibilita expor características de uma determinada população ou fenômeno, correlacionar variáveis, além de defini-las.

O estudo realizado pesquisou sobre as causas que provocam a não aplicação do Princípio da Entidade no processo de gestão das empresas, através da compreensão e análise de fatores envolvidos nesta dinâmica e da descrição dos comportamentos dos empresários e administradores. Por identificar as características do fenômeno descrito como a não aplicação do Princípio da Entidade e analisar os fatores que determinam esse tipo de comportamento por parte dos gestores, a opção feita foi pela avaliação qualitativa.

A avaliação qualitativa ajuda a identificar as questões e entender porque elas são importantes. Através da codificação de dados, apresentando-os de forma mais estruturada, possibilita sua análise (VERGARA, 1998).

Assim, optou-se por utilizar questionários para a coleta de dados. Os questionários foram aplicados aos empresários e administradores das empresas do ramo de autopeças de Montes Claros. Escolheu-se este tipo de instrumento de coleta de dados em função da facilidade em obter as informações e das questões a serem pesquisadas, estarem diretamente relacionadas ao comportamento dos mesmos. (LAKATOS e MARCONI, 1985)

O universo da pesquisa se referiu aos empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros, composta por um número de 31 empresas. Inicialmente foi requisitada junto a Junta Comercial de Minas Gerais em Montes Claros, listagem das empresas constituídas com esse ramo de atividade, porém, a listagem obtida não satisfaz aos objetivos da pesquisa. Diante da dificuldade, o pesquisador optou por relacionar tais entidades através de lista telefônica. O questionário foi aplicado em toda a população.

Primeiramente objetivou-se a realização de entrevista como instrumento de coleta de dados que fora realizada com 2 sujeitos, gerentes de duas empresas de autopeças. Estas duas entrevistas foram usadas como pré-teste do roteiro original do questionário. Neste processo constatou-se uma dificuldade na obtenção dos dados. Devido a tal dificuldade ocorreu a mudança no instrumento de coleta de dados para o questionário e, com base nas informações colhidas no pré-teste, realizados os devidos ajustes, a fim de garantir a clareza e a precisão dos termos, a quantidade coesa de perguntas, a forma das perguntas, ordem e introdução das perguntas, de maneira a eliminar possíveis falhas nos resultados da pesquisa.

Como limitações do estudo foram observados os seguintes pontos

- a) A não possibilidade de generalizações para as demais empresas de outros segmentos;
- b) Apesar da complexidade dos assuntos relacionados à teoria da Contabilidade e princípios contábeis, o presente trabalho procurou focar nos aspectos da não aplicação de um dos princípios contábeis, o da entidade;
- c) Partindo-se do pressuposto que empresas são gerenciadas por seres humanos e que há uma complexidade nas suas ações e relações, o estudo não se aprofundou nesta temática, não verificando a trajetória acadêmica ou profissional destes sujeitos e sua influência no processo de gestão. Focou somente na aplicação ou não do Princípio da Entidade.

- d) Supõe-se que outros fatores também causam a descontinuidade das empresas. Por não serem objetivo deste trabalho, não foram discutidos.

4. Resultados e discussão

Neste tópico, serão apresentados os resultados obtidos com a pesquisa de campo. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário e os sujeitos da pesquisa foram os empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros (MG).

Montes Claros é a quinta maior cidade do Estado de Minas Gerais, sendo cidade pólo no Norte de Minas, com uma população estimada em 336.132 mil habitantes, segundo dados extraídos do IBGE (2005), para ao ano de 2004. Por sua localização e desenvolvimento, tornou-se o segundo maior entroncamento rodoviário do país, e possuía, em 2003, uma frota de veículos que chegava aos 72.654. (DENATRAN, 2005).

Baseando-se nos dados relacionados, aponta-se o setor de autopeças como representativo na economia municipal. Para suportar a demanda existente é necessário que tais empresas permaneçam em funcionamento (continuidade). Assim faz-se necessário saber quais as dificuldades encontradas pelos empresários deste setor, dentre as quais implicam na não aplicação do Princípio da Entidade, supondo que o mesmo seja um importante instrumento de auxílio para resguardar os patrimônios e garantir assim a continuidade das entidades.

Partindo-se do pressuposto que, conforme Paton *apud* Hendriksen e Van Breda (1999), um patrimônio empresarial autônomo e independente dos demais patrimônios existentes – patrimônio dos sócios, seria apenas uma representação ilustrativa, que mesmo sendo necessária não era habitualmente, aplicada na realidade empresarial; o questionário aplicado tinha como objetivo, identificar quais fatores levam parte dos empresários do ramo de autopeças à não cumprirem o Princípio da Entidade. Para que isto fosse possível, verificou-se a não utilização do princípio da entidade na administração dos negócios.

As questões elaboradas, foram baseadas nos relatos de 2 empresários, inicialmente entrevistados e utilizados como pré-teste e pesquisa exploratória, após serem realizados os devidos ajustes, foi confeccionado o questionário sendo que este foi aplicado a todo o universo, que era composto por um total de 31 empresários. Destes 4 não retornaram o questionário, 2 não foram localizados nos respectivos endereços e telefones, fixando assim o número total de 25 sujeitos pesquisados.

Supõe-se que presença do Contador no processo de administração é importante e necessária. Questionados sobre a qualidade e satisfação dos serviços prestados por seus contadores, 32% dos sujeitos qualificaram o relacionamento como “ótimo”, e justificaram a resposta devido aos Contadores esclarecem todas as dúvidas, e por cumprirem rigorosamente as obrigações, não permitindo atrasos nos prazos legais. 60% qualificaram o relacionamento com o Contador como “bom”. Como pontos positivos para justificar esta resposta os respondentes assinalaram: a pontualidade nos serviços, a disponibilidade para orientação e por atender as necessidades. Como pontos negativos foram assinalados: falhas na prestação do serviço e a demora no fornecimento de informações importantes. 4% classificaram como “ruim”, e admitiram não ter conhecimento prévio dos serviços prestados pelo Contador, que foi contratado devido à indicação de parentes. 4% classificaram como “péssimo” o relacionamento com o Contador, mas não justificaram a resposta. O Gráfico 1 apresenta o resultado da avaliação dos entrevistados:

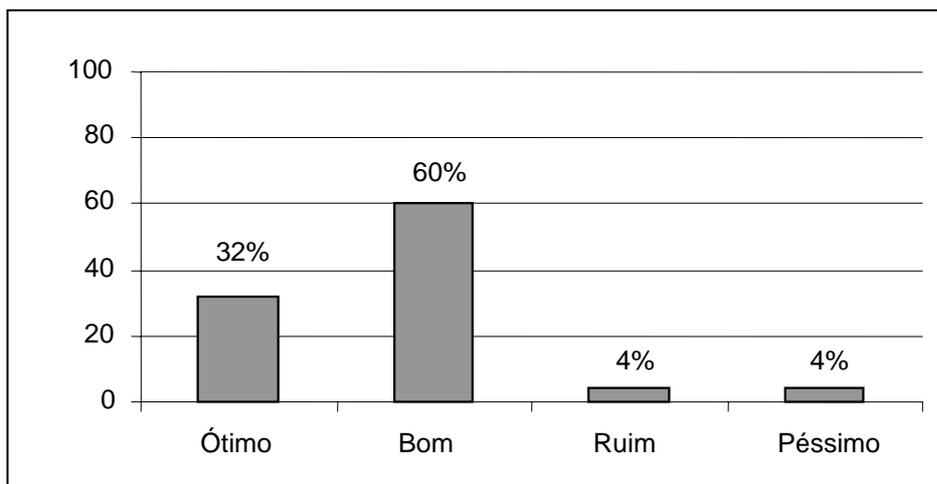


Gráfico 1: Avaliação da qualidade do relacionamento com os Profissionais da Contabilidade.
 FONTE: 25 QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS EMPRESÁRIOS DO RAMO DE AUTOPEÇAS NA
 CIDADE DE MONTES CLAROS – MG.

Para identificar o nível de organização que os empresários utilizavam em suas entidades, indagou-se sobre a questão da remuneração das horas trabalhadas e também sobre a distribuição dos lucros da empresa. Do total de sujeitos, 52% possuíam retiradas pró-labore e distribuição de lucros, justificando que o montante definido está vinculado ao resultado financeiro da empresa e/ou às condições financeiras da empresa, servindo para o pagamento de gastos pessoais. O restante, 48%, dos respondentes, não possuíam pró-labore e distribuição de lucros pré-definidos.

Para verificar a observância do princípio da entidade na gestão dos negócios, foram aplicadas perguntas sobre a rotina de administração dos negócios e o comportamento habitual dos empresários. Primeiramente, quanto à movimentação dos recursos da empresa, foi indagado qual o meio utilizado pelos empresários nessa movimentação: conta bancária pessoal ou conta bancária da própria empresa. Como resultados, 80% dos sujeitos tiveram o cuidado de criar uma conta bancária própria da empresa para fazer a movimentação dos recursos que giram no negócio. 28% deles, utilizaram conta bancária pessoal para movimentar os recursos da empresa. Em alguns casos, os empresários executaram a movimentação em ambas as contas. Conforme discutido anteriormente, tal comportamento não é o indicado, sendo necessário que haja uma diferenciação entre os patrimônios dos sócios e da entidade (Resolução 750 de 29 de dezembro de 1993, CFC).

Outro dado que revela a dificuldade dos empresários em separar o que é patrimônio da empresa e o que é patrimônio pessoal, pode ser refletido nos resultados do questionamento da utilização de recursos da empresa no pagamento de despesas pessoais. Os 40% que responderam “sim”, afirmando que utilizam recursos da empresa no pagamento de despesas pessoais, relataram que tal comportamento era um reflexo de não possuírem retiradas pró-labore pré-definidas, discutidas anteriormente neste capítulo. Como não possuíam retirada pró-labore, as contas pessoais eram pagas com recursos advindos da empresa. Ainda foi ressaltado o fato de serem empresas familiares, e que portanto, as despesas eram pagas juntamente com as despesas da empresa.

Os resultados encontrados coadunam com os autores (LONGENECKER, MOORE e PETTY, 1997), pois segundo os mesmos, no caso de empresas familiares, é difícil estabelecer uma administração qualificadamente profissional, de maneira que se eliminem ocorrências como esta que permitem a interferência de cunho pessoal dos empresários nos recursos da empresa. Um ponto positivo foi a revelação de que, pelo menos em um dos casos, o valor relativo às despesas pessoais pagas com recursos da empresa era descontado posteriormente no pró-labore, sendo esta modalidade um tipo de empréstimo empresa – sócio sem juros.

Dos 60% sujeitos que assinalaram a opção “não”, somente 2% indicaram possuir um controle rigoroso dos gastos pessoais não permitindo que ultrapassem o valor de sua retirada mensal, demonstrando preocupação com a continuidade da empresa.

Percebe-se que o número de empresários que não tem o hábito de pagar suas despesas pessoais com recursos da empresa, é maior do que àqueles que costumam aplicar recursos da empresa em pagamentos de contas pessoais, em 20 pontos percentuais. Os resultados revelam, uma quantidade considerável de empresários que não conseguem compreender que tal atitude pode comprometer o desenvolvimento da entidade e que estariam ferindo o Princípio da Entidade.

Buscando ainda informações sobre o modelo de gestão assumido pelos sujeitos e as decisões tomadas durante este processo – que se relacionam fortemente com o tema deste estudo – questionou-se quanto às decisões tomadas quando existe a “sobra de recursos financeiros”. A questão permitia a escolha de mais de uma opção, ficando o resultado com as seguintes posições, conforme demonstra o Gráfico 2 a seguir:

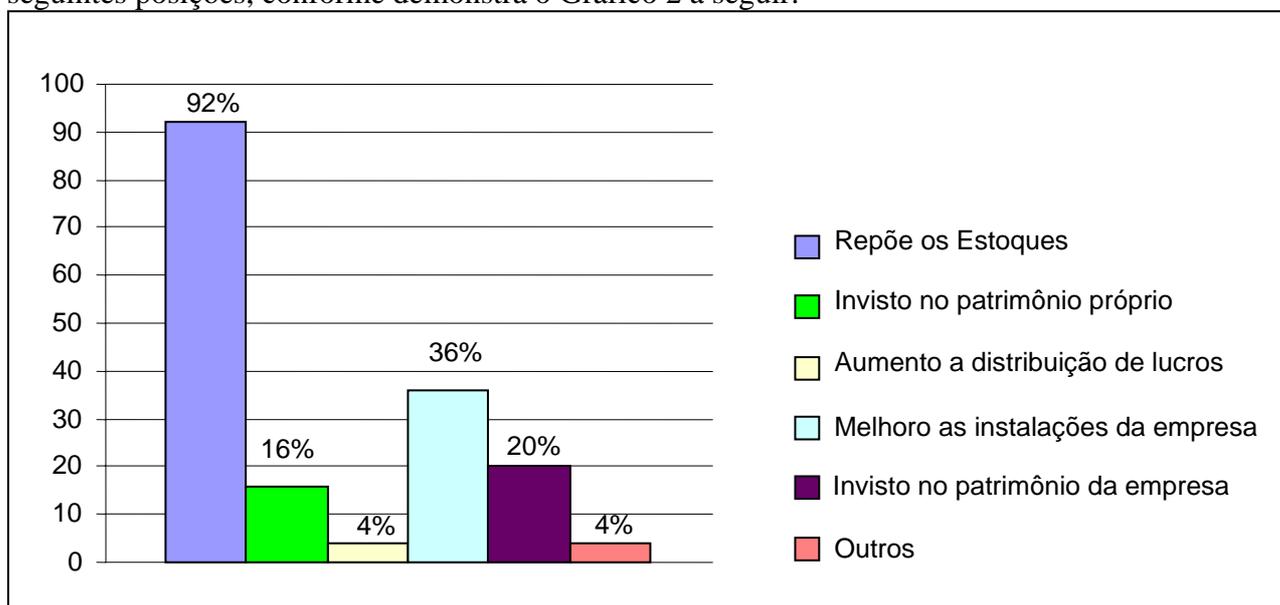


Gráfico 2: Locação das sobras dos recursos financeiros.

FONTE: 25 QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS EMPRESÁRIOS DO RAMO DE AUTOPEÇAS NA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG.

Seguindo a ordem de ocorrências das repostas, 92% dos sujeitos, indicaram a opção “repõe os estoques”. O Resultado confirma que a maior parte dos investimentos das empresas está locada nos estoques, conforme assevera (LONGENECKER, MOORE e PETTY, 1997). Seria interessante analisar este tipo de decisão, pois supõe-se que é preciso conhecer o giro dos estoques da empresa para que não haja investimentos desnecessários.

Em seguida com 36% aparece a opção de “melhorar as instalações da empresa”. Foi observado em conversa com os empresários que há uma preocupação muito grande em melhorar a infra-estrutura da empresa de maneira a ampliar os negócios e conquistar clientes. Tal comportamento também pode ser observado pela opção “investido no patrimônio da empresa”, que alcançou 20% das escolhas.

Com 16% das escolhas, a opção “investido no patrimônio próprio” retrata claramente a não observância do princípio da entidade na gestão dos negócios, assunto em foco neste estudo. Poucos sujeitos, 4%, têm o hábito de aumentar a distribuição de lucros quando há sobra de recursos. Os outros 4% disseram aumentar o quadro de funcionários, quando necessário para melhorar o atendimento aos clientes.

Correlacionada à questão anterior, foi questionado também sobre a situação de falta de recursos financeiros. As atitudes dos empresários para resolver o problema podem ser observadas no Gráfico 3 a seguir.

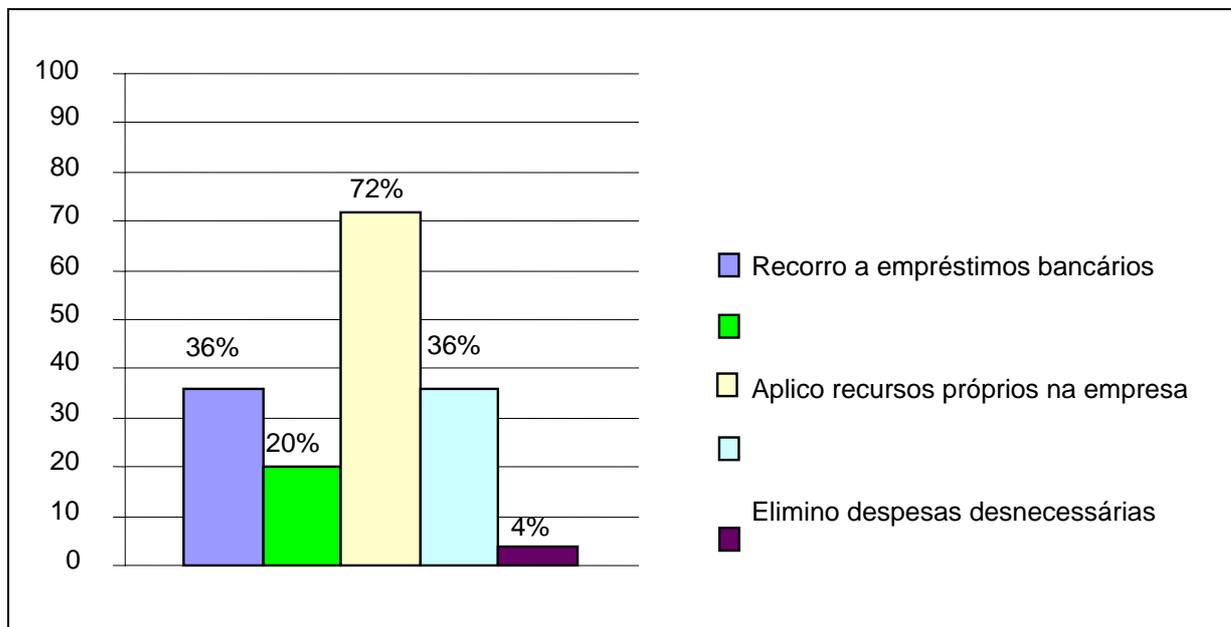


Gráfico 3: Fontes de recursos nas necessidades financeiras.

FONTE: 25 QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS EMPRESÁRIOS DO RAMO DE AUTOPEÇAS NA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG.

Seguindo a ordem de ocorrências das respostas, 72% dos sujeitos, numa situação de necessidade de recursos financeiros, optam pela eliminação de despesas desnecessárias. Destes, 39% assumiram que as despesas pessoais são pagas com recursos da empresa. Este dado permite inferir, que em determinado momento, os recursos retirados da entidade para pagamento de despesas pessoais, pode provocar dificuldades financeiras, sendo necessária à eliminação das mesmas. Não se pode afirmar que este é o único tipo de despesa que pode provocar necessidades financeiras numa entidade. Outras despesas do cotidiano da empresa podem ser reduzidas ou até mesmo eliminadas, sem que haja perdas na atividade operacional da empresa.

36% dos respondentes indicaram as opções de “recorro a empréstimos bancários” e “negocio os prazos de pagamento com os fornecedores”. Conforme expõe Reis (2003), se a empresa necessita de financiamentos complementares na execução da atividade operacional, normalmente este complemento é obtido com capital próprio, com empréstimos bancários ou com ambos. Quanto maior for a prazo para concedido pelos fornecedores, menor será a necessidade de financiamentos complementares. O empresário poderia observar as propostas de financiamento, levando em consideração, o prazo necessário para efetivo pagamento e a taxa de juros cobrada em cada uma das situações, pois, segundo Reis (2003, p. 148), “a natureza do financiamento do giro é que poderá determinar todos os problemas futuros de liquidez (situação financeira) – se a maior parte ou a quase-totalidade for de capital de terceiros – e até mesmo de rentabilidade – se o recurso de terceiros for oneroso”. Quatro por cento dos sujeitos disseram utilizar ainda de outros recursos como a troca de cheques em financeiras, que pode ser equiparada ao desconto de duplicatas. Conforme Gelbcke, Iudicibus e Martins (2000), essa movimentação consiste em compra à vista das duplicatas a receber, sendo que é descontado no ato da compra os juros do período a transcorrer entre a data do desconto e a data de vencimento das duplicatas.

Em 20% das escolhas, os sujeitos optaram por investir recursos próprios na empresa. Este fato não é proibido pela lei, desde que haja a correta contabilização dos empréstimos efetuados pelos sócios a empresa ou da empresa para os sócios. No entanto, quando indagados sobre o controle dessas aplicações, 60% não quiseram responder, e os 40% que responderam, afirmaram executar o controle apenas por uma planilha, mas não informaram se o fato era corretamente registrado na Contabilidade, denotando descumprimento do Princípio da Entidade.

O estudo objetivou identificar também quais eram as principais dificuldades encontradas pelos empresários no processo de administração das entidades. Para tanto foi apresentada, uma lista das dificuldades mais freqüentes, relacionadas Lopes de Sá e Lopes de Sá (1995), Catelli (2001), Longenecker, Moore e Petty (1997), Marion (2003) e Reis (2003). Essas dificuldades foram encaradas como os fatores que determinavam o possível comportamento de desrespeito ao Princípio da Entidade. O resultado obtido é apresentado no Gráfico 4, a seguir, de acordo com o nível de ocorrências das respostas.

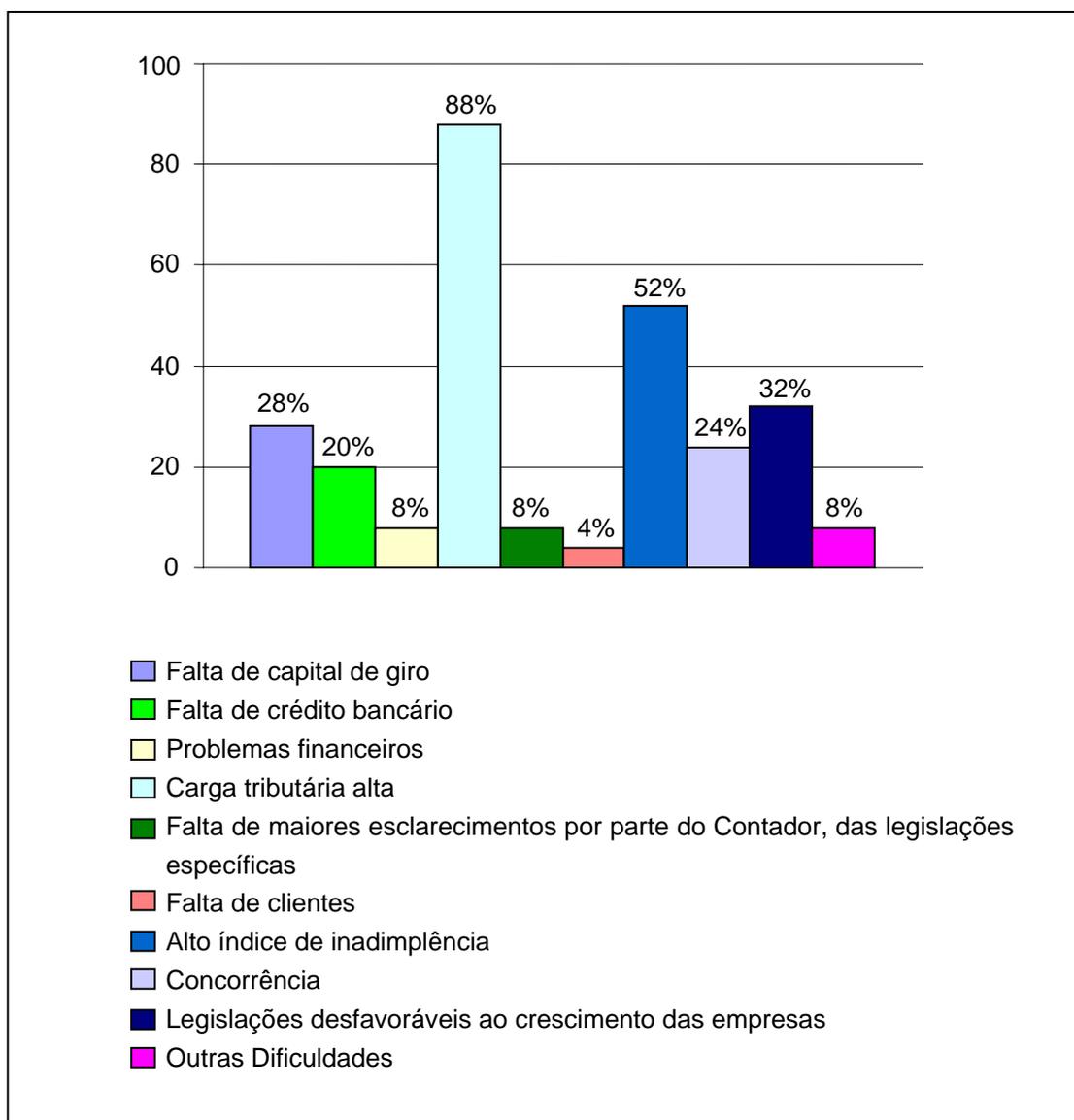


Gráfico 4: Principais dificuldades encontradas na administração do negócio de autopeças.
 FONTE: 25 QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS EMPRESÁRIOS DO RAMO DE AUTOPEÇAS NA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG.

Conforme opinião dos sujeitos, a principal dificuldade encontrada na administração do negócio de autopeças foi a “carga tributária”. Com 88% das escolhas, o resultado confirma não só a crença que o empresário tem de que a carga tributária brasileira é o principal entrave no caminho do sucesso de seus negócios, mas também que o sistema tributário brasileiro é severo com os empresários, corroborando os resultados do SEBRAE, (2005).

Na segunda colocação ficou o “alto índice de inadimplência”, com 52%. Tal ocorrência pode ser justificada pela atual crise econômica que enfrenta o Brasil, desencadeando a diminuição na capacidade de pagamento dos consumidores. Também ratifica o cuidado que os empresários devem ter com a concessão de crédito. É preciso se resguardar de tais ocorrências, como por exemplo, com a constituição de provisões para devedores duvidosos ou outras iniciativas que lhes forem adequadas e pertinentes, conforme entendimento de Marion (2003).

Em seguida, na terceira colocação, aparece a opção “legislações desfavoráveis ao crescimento das empresas”, com 32%. A escolha dos sujeitos revela um descontentamento com o sistema tributário do país, que para eles, só objetiva arrecadar e não trabalham leis que permitam o crescimento das empresas e conseqüentemente o desenvolvimento de toda a economia.

Na quarta posição “a falta de capital de giro”, com 28%. Depois das dificuldades relacionadas com a carga tributária, a maior dificuldade na administração dos negócios, é o dinheiro. Primeiramente observamos a dificuldade de liquidação de títulos a receber, e agora, correlacionada a este fator, a dificuldade de capital para o giro das atividades operacionais da empresa. O gerenciamento do capital de giro é fundamental para o bom desenvolvimento das empresas (LONGENECKER, MOORE E PETTY, 1997).

Em quinto lugar, com 24% a “Concorrência” é outra importante dificuldade encontrada no processo de gestão das empresas. Segundo colocação de Longenecker, Moore E Petty (1997), os empresários precisam conscientizar-se desta realidade, conhecer seus concorrentes, para possibilitar políticas administrativas atraentes para os consumidores e não menos lucrativas para as entidades.

Na sexta posição, com 20% das escolhas, a “falta de crédito bancário”, comprova que um dos problemas na administração de um negócio e o dinheiro, conforme expõe Longenecker, Moore e Petty (1997). Onde e como conseguiu-lo torna-se uma tarefa difícil para os gestores.

Em sétimo lugar, com 8%, empataram três opções: “problemas financeiros”, “falta de maiores esclarecimentos por parte do Contador, das legislações específicas” e “outras dificuldades”. No caso de problemas financeiros, podemos abranger a falta de capital próprio para investir, falta de fontes de créditos financeiros, aqui já discutidos. No que diz respeito à falta de maiores esclarecimentos por parte do Contador das legislações específicas, revela que a participação e o apoio dos Profissionais Contábeis na administração dos negócios contribui para fundamentar as decisões dos administradores. Alguns sujeitos, entrando em contradição, assinalaram ter um “ótimo” relacionamento com o Contador, no entanto optaram que umas das dificuldades na administração do negócio, é a falta de maiores esclarecimentos por parte do Contador das legislações específicas.

Como “outras dificuldades” foram apresentadas os altos juros cobrados nos empréstimos bancários e a falta de apoio do governo para facilitar a concessão de crédito. As respostas confirmam as dificuldades financeiras encontradas por estas empresas e o descontentamento dos empresários com a política tributária do país.

Por fim, com 4% aparece a “falta de clientes”. Alcançando a última colocação na opinião dos sujeitos, esta opção revela que a maior dificuldade dos empresários está realmente no dinheiro ou na falta dele. Ora como necessidades advindas da própria atividade

operacional, ora advindas de dificuldades externas, como o alto índice de inadimplência (LONGENECKER, MOORE E PETTY 1997).

Para finalizar a pesquisa, foi questionado sobre o conhecimento do Princípio da Entidade. Do total de sujeitos pesquisados, 60% possuíam conhecimento sobre o Princípio da Entidade, mas pode-se constatar que destes, a maioria o conheciam não com esta denominação. 36% dos sujeitos não possuíam conhecimento do Princípio da Entidade e o restante, 4%, não quiseram responder. Ficou constatado que do total de sujeitos, 60% não aplicam o Princípio da Entidade na gestão de seus negócios. E destes, 60% admitiram possuir conhecimento sobre o referido Princípio; 33,33% admitiram não conhecer o princípio e 6,67% não quiseram responder. Pode-se constatar também que entre os sujeitos que não aplicam o princípio, a não observância possui variações, havendo aplicação de recursos próprios nas atividades da empresa sem o devido registro contábil e a retirada de recursos da empresa para aplicação em atividades pessoais. Nos demais casos, o desrespeito se limitou a pagamentos de despesas pessoais.

Observou-se também que 40% dos sujeitos aplicam o Princípio da Entidade na gestão dos negócios. Destes, 60% possuem conhecimento do Princípio o restante admitiram não conhecê-lo.

Foi constatado que os sujeitos que não aplicam o Princípio da Entidade na gestão de seus negócios, têm mais dificuldades que àqueles que respeitam e aplicam. No entanto, quando compara-se o tipo de dificuldade encontrada nas duas situações há certa igualdade. Em primeiro lugar, nos dois casos, a carga tributária, é a maior dificuldade na gestão dos negócios. Seguida pelo alto índice de inadimplência. As diferenças começam a partir da terceira maior dificuldade apontada pelos sujeitos. Encontramos naqueles que respeitam o Princípio da Entidade, que a terceira maior dificuldade, fica com a concorrência e as legislações desfavoráveis ao crescimento das empresas. Enquanto para aqueles que “não” respeitam o Princípio da Entidade, a terceira maior dificuldade fica com as legislações desfavoráveis ao crescimento das empresas e a **falta de capital de giro**.

Assim foi constatado pela pesquisa indícios de que empresários que não aplicam o Princípio da Entidade na administração das empresas sofrem mais necessidades financeiras que àqueles que o respeitam e aplicam. Os principais fatores determinantes desta ocorrência são, nesta ordem: a carga tributária, o alto índice de inadimplência, a falta do capital de giro e as legislações desfavoráveis ao crescimento das empresas.

5. Conclusão e sugestões

O estudo apresentado objetivou a identificação e análise dos principais fatores determinantes da não aplicação do Princípio da Entidade pelos empresários do ramo de autopeças, da cidade de Montes Claros – MG, no processo de gestão de seus negócios. Para tanto, fez-se necessário primeiramente a verificação do desrespeito ao Princípio.

Respondendo o problema de pesquisa, observou-se que em 60% dos casos, os empresários possuem conhecimento do Princípio da Entidade, e que deste 40% possuem um ótimo relacionamento com seus Contadores e que 46,67% destes possuem um bom relacionamento. Esses dados permitem concluir que a presença do Contador é necessária e participativa na gestão dos negócios. Nos casos em que os empresários possuem um relacionamento ruim ou péssimo com seus Contadores, que juntos somam 13,33%, a metade dos sujeitos indicaram conhecer o Princípio, confirmando que, neste sentido o Profissional Contábil tem cumprindo com o seu papel de informar seus clientes das legislações pertinentes e que a decisão de não aplicar o Princípio é tomada sob responsabilidade única e consciente dos empresários.

Através da pesquisa pode-se constatar que os principais fatores que determinaram a não aplicação do Princípio da Entidade foram a carga tributária, o alto índice de inadimplência, as legislações desfavoráveis ao crescimento das empresas e a falta de capital de giro. E que àqueles empresários que não aplicam o Princípio da Entidade na administração das empresas sofreram mais necessidades financeiras que àqueles que o respeitam.

Os resultados do estudo permitem ainda concluir que a não aplicação deste princípio, ocasionada pelos fatores já discutidos, está extremamente ligada à questão de sobrevivência dos empresários. Pelas características de empresa familiar de 65% dos sujeitos os recursos pessoais e jurídicos estão envolvidos, sendo difícil executar a diferenciação dos patrimônios.

O presente estudo permitiu ao pesquisador conhecer a realidade empresarial do setor de autopeças objeto da pesquisa, suas dificuldades e sua representatividade na economia municipal. Permitiu ainda ratificar a importância do Princípio da Entidade, da Contabilidade e do Contador no apoio ao processo de gestão das empresas. Como sugestões para pesquisas futuras indica-se:

- A verificação dos índices de falência das empresas do ramo autopeças.
- Analisar a mesma temática em outros ramos empresariais com amostragens maiores.
- Investigar qual a posição do governo, sociedade, empresários e contadores sobre a relação Princípio da Entidade e continuidade.

6. Referências bibliográficas

BRASÍLIA. Resolução nº 750 de 29 de dezembro de 1993. **Conselho Federal de Contabilidade.**

BRASÍLIA. Resolução nº 774 de 16 de dezembro de 1994. **Conselho Federal de Contabilidade.**

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** 3 ed. Atualizada. São Paulo: Lisa S.A, 1988.

CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN. **Frota, por tipo, segundo os Municípios da Federação.** 2003. Disponível em: <http://www.detran.gov.br/Frota_03.htm>. Acesso em 10 de junho de 2005.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Instituições de Direito Público e Privado.** 10 ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Nelpa, 2001.

DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Maria Sueli Viana. **Manual para Elaboração de Monografias e Projetos de Pesquisas.** 3 ed. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade Teoria e Prática.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Faturamento do Comércio Varejista.** 2005. Disponível em: http://www.acionista.com.br/setor/setor_autopecas.htm. Acesso em 14 de outubro de 2005.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral.** 23 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE BRASÍLIA – FUBRA, SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil**. 2004. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/mortalidade_empresas/index.asp>. Acesso em 21 de maio de 2005.

GALHARDO, Alexandre. **Esclarecimentos Gerais sobre o Regime de Substituição Tributária do ICMS**. 2005. Disponível em: http://www.portaltributario.com.br/noticias/substituicao_tributaria.htm. Acesso em 05/11/2005.

GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades**. 5 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

HENDRIKSEN, Eldon S; BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Zorato Sanvicente. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas**. 2001. Disponível em <<http://www.ibge.com.br/cidades>>. Acesso em 10 de junho de 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragens e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados**. São Paulo: Atlas, 1985

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. Willian. **Administração de Pequenas Empresas: ênfase na gerência empresarial**. Tradução de Maria Lúcia G. L. Rosa e Sidney Stancatti. Revisão técnica de Roberto Luís Margatho Glingani. São Paulo: Makron Books, 1997.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Manual do Simples – Perguntas e Respostas**. 2000. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2005/PergResp2005/pr108a200.htm>. Acesso em 14 de novembro de 2005.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis: estrutura e análise**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SÁ, Antônio Lopes de; SÁ, Ana Maria Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**. 9 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

SELLTIZ et al.. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: E.P.U., 1974.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Manual Ponto de Partida: Loja de Autopeças**. 2005. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em 24 de outubro de 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.